

AS FINANÇAS DA FÉ

O CASO DO CATOLICISMO ROMANO

[...] porque onde está o teu tesouro,
ai estará também o teu coração.
Sermão da Montanha, Mateus, 6:21*.

Ralph Della Cava

Tradução: Otacílio F. Nunes Jr.

Este ensaio reúne algumas reflexões preliminares sobre os mecanismos e políticas de financiamento das religiões mundiais contemporâneas; o caso em questão é a Igreja Católica Romana e o período em análise é, na maior parte, o papado do papa João Paulo II (de 1978 até o presente).

A tarefa é inspirada tanto por considerações tanto acadêmicas como relativas a questões políticas atuais.

Do lado acadêmico, a questão geral é como as religiões funcionam de fato enquanto "organizadoras transnacionais de cultura" no mundo moderno. A perspectiva, é claro, é a de "sistema mundial" moderno" de Immanuel Wallerstein. Em sua análise, as religiões não se situam, basicamente, nem na divisão do trabalho nem nos sistemas estatais, os dois focos fundamentais de sua radical reconstrução histórica. Elas constituem, antes, ainda um "terceiro eixo" segundo o qual se dedicam a moldar a ordem mundial, ora em competição, ora em cooperação com atores ancorados em todos os três eixos. E as religiões fazem isso com graus variáveis de sucesso que dependem, entre outros fatores, de suas diversas localizações nas áreas centrais, periféricas ou semiperiféricas do "sistema mundial", a caracterização de Wallerstein dos tipos e do relacionamento entre regiões desenvolvidas e em desenvolvimento na ordem mundial.

O "terceiro eixo" de Wallerstein é na verdade uma forma abreviada para organizar a "cultura". Nesse sentido, as religiões ao mesmo tempo as organizadoras e o produto final da "cultura organizada". Cada uma delas assume sua própria forma institucional característica e frequentemente transcende ou redefine uma grande variedade de outros arranjos sociais coletivos possíveis, tais como língua, etnicidade, raça e classe¹. Na medida em que poucos estudos de caso desses processos e realidades complexas foram elaborados na perspectiva do "sistema mundial", a pesquisa e a explicação de "situações" concretas tais como as aqui investigadas é especialmente instigante.

Este texto foi concluído em dezembro de 1991. Uma versão anterior foi preparada para a Second Columbia University Conference on Democracy and the Changing Role of the Political Right in Latin America, realizada de 20 a 24 de maio de 1991 no Rockefeller Foundation Study and Conference Center, na Villa Serbelloni em Bellagio, Itália. Agradeço o apoio da Research Foundation of The City University of New York.

(1) Ver Immanuel Wallerstein e Terence Hopkins, "World-systems Analysis: theoretical and interpretative issues", in Hopkins, T.K. e Wallerstein, I. (orgs.), *World Systems Analysis: theory and methodology*, Beverly Hills, Sage Press, 1982, pp. 91-103.

(2) No final de 1990 o papado encarregou a Companhia de Jesus da "reconstrução" da igreja na Europa Central e Oriental, e da (re)educação de seu clero, especialmente os futuros bispos, na Universidade Gregoriana dos jesuítas em Roma. Resta saber se isso exigiria uma considerável retirada de quadros e recursos jesuítas da América Central — o que, segundo alguns observadores não é de forma alguma imprevisto ou não intencional por parte da Santa Sé. Para uma análise preliminar da política do Vaticano, ver meu "Política Vaticana (Visão Geral), 1972-1990", *Re-*

Do lado político, uma investigação sobre o financiamento do catolicismo mundial não poderia ser mais oportuna. Estarão os recursos predominantemente assignados às igrejas do chamado Terceiro Mundo, especialmente aquelas da América Latina, agora em processo de serem desviados para a Europa Central e Oriental? Desde a queda do Muro de Berlim no final de 1989, essa tem sido a questão mais importante para os vários recebedores, no Terceiro Mundo, da generosidade do Primeiro Mundo.

De fato, se uma mudança como essa estiver em curso, ela corresponde a um objetivo estritamente institucional, uma espécie de "Plano Marshall eclesiástico", para "reconstruir" as igrejas localizadas geograficamente no domínio diplomático do Vaticano antes subsumido pelo termo, agora histórico, "Ostpolitik"²?

Ou ela é fruto de considerações ideológicas mais amplas que podem derivar da atual estratégia do Vaticano, de "Restauração"? Essa expressão — cunhada originalmente em uma entrevista de 1984 do cardeal Joseph Ratzinger, prefeito da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, e depois elaborada por escrito — passou a representar o intento global do papado de restaurar a ordem, a autoridade e a uniformidade ideológica em toda a Igreja Mundial³? Para seus críticos, a "Restauração" é uma espécie de "sílabo" moderno, com sua dispensa sumária da Teologia da Libertação, do celibato clerical opcional, da ordenação de mulheres e de várias outras tendências reformistas que surgiram entre os católicos na esteira do Concílio Vaticano II (1962-65).

À medida que a estratégia de "Restauração" seja imposta às igrejas da Europa Central e Oriental, provocará mais uma virada ideológica, e se isso acontecer, em que direção se dará? No passado recente, o atual pontificado sempre retratou a região como a última cidadela da Fé em uma civilização cristã eurasiática antes uniforme, sustentada com grande custo pessoal e coletivo durante várias décadas de regime estatal ateuista e anti-religioso. Reiterada repetidas vezes no discurso oficial, essa visão foi com frequência incisivamente contrastada tanto com uma erosão dramática da fé e da prática entre católicos consumistas da Europa Ocidental e da América do Norte, em um exemplo, como com a suposta contaminação do pensamento religioso por teologias de inspiração marxista propostas durante as duas últimas décadas por toda a América Latina, Índia e partes da África, em outro⁴.

Seja qual for a intenção do Vaticano, se a possível realocação de recursos viesse a ocorrer nesta conjuntura, ela se daria, como logo veremos, durante a terceira e certamente a maior crise fiscal com que o papado teve de se haver neste século⁵.

☆ ☆ ☆

A história nos lembra que é provável que as religiões ocidentais, em particular o catolicismo romano, nunca tenham sido estritamente relegadas ao

— an updated overview (1972-1990)", *Social Research* (a ser publicada no inverno de 1992).

(3) Ver a entrevista com o cardeal Joseph Ratzinger realizada por Vittorio Messori e depois publicada como *Rapporto sulla Fede* (1984) (edição inglesa: *The Ratzinger Report*, San Francisco, Ignatius Press, 1985).

(4) É possível que essa linha de análise tenha agora que ser interrompida. A visita do papa João Paulo II à Polónia em junho de 1991 enfatizou a crescente similaridade de visões dos católicos poloneses e europeus orientais em relação aos ensinamentos da igreja sobre questões como o aborto e o sexo antes do casamento. Naquela ocasião o papa declarou também que sua terra era uma terra de "missão".

(5) A crise atual se desenvolveu rapidamente na sequência do colapso do Banco Ambrosiano de Milão em 1982, no qual o banco Vaticano, o Istituto per le Opere di Religione (IOR) possuía uma participação significativa (ver bibliografia citada abaixo nas notas 15 a 21). Em 1987, na onda da crise do Ambrosiano e por insistência do comitê de cardeais de quinze membros indicado pelo papa João Paulo II em 1981 para monitorar as finanças do Vaticano, o papado abriu sua contabilidade pela primeira vez. Ao fazê-lo, esperava recuperar a confiança entre seus fiéis que estavam então sendo solicitados a doar somas ainda maiores para salvar o papa de uma "crise real", nas palavras do arcebispo da Filadélfia, cardeal John Krol, citado no resumo informativo de Shawn Tully "The Vatican's Finances", *Fortune*, 116, 21 de dezembro de 1987, pp. 28-35, esp. p. 28 e p. 31.

(6) O chamado "mercado" de "bens religiosos" é discutido em Peter Berger, *The Sacred Canopy*, Garden City, NY, 1967, e Renato Ortiz, "Religiões Populares e a Indústria Cultural", *Religião e Sociedade*, 5, junho de 1980. Mas a utilidade desses conceitos é em certos aspectos limitada, como foi apontado em Paula Montero e Ralph Della Cava, "The Catholic Church and Mass Media in

"terceiro eixo". Até que os Estados papais, que abrangiam geograficamente cerca do terço central da península italiana, fossem finalmente desmantelados pelas forças da unificação do Estado italiano, entre 1860 e 1870, as extensas propriedades rurais do papado estavam voltadas principalmente para a produção direta e a obtenção de lucro dos produtos agrícolas destinados aos mercados local e mundial. Proprietária por excelência, a Santa Sé também vivia de aluguéis, vendas e investimento em imóveis. Além disso, enquanto "Estado" (oficialmente, o "Stato Pontificio"), ela costumeiramente tributava seus súditos por serviços prestados. Finalmente, enquanto produtora virtualmente monopolista de bens religiosos para um "mercado religioso" mundial, mas reconhecidamente (desde o Grande Cisma e a Reforma) circunscrito, ela cobrava taxas por sacramentos, indulgências e outros serviços religiosos para ajudar a subsidiar seu clero bem como para custear a manutenção da maquinaria necessária para produzir seus bens especializados⁶.

Até certo ponto, todos esses setores produtores de renda (com a provável exceção da agricultura) continuam a funcionar hoje (particularmente no nível diocesano), mesmo em uma escala muito menos lucrativa. Dizendo-o de outra forma, a separação entre igreja e Estado no último século, por um lado, e o amplo confisco das terras e propriedades da igreja em alguns países (Itália, França e México), por outro, não encerraram totalmente a inserção da igreja na divisão de trabalho como apropriadora "direta" de capital e de lucro.

Além do mais, com o surgimento do capitalismo financeiro no final do século XIX, o papado a princípio investiu com prudência nos mercados de capital⁷. A seguir, depois de assinar os acordos lateranenses com o Estado italiano em 1929, passou a fazê-lo naturalmente. No presente século, contudo, a apropriação "indireta" no nível diocesano, principalmente por meio de uma variante do "dízimo" voluntário dos comungantes, especialmente nas sociedades industriais avançadas, se tornou uma significativa fonte de renda. Assignadas exclusivamente ao papa e chamadas de dízimo de são Pedro, essas receitas mantiveram historicamente as operações ordinárias da Santa Sé⁸.

De forma semelhante, pode-se dizer que os mesmos acordos lateranenses não só ajudaram a pôr fim ao meio século de longo isolamento do papado do então emergente sistema estatal, mas também garantiram finalmente seu ingresso como membro pleno naquele sistema⁹. Mas, mesmo antes do reconhecimento formal da "Cidade-Estado do Vaticano", como é chamada a jurisdição política soberana do papado, o catolicismo não havia, nem universalmente nem tão radicalmente, deixado de ser a "religião de Estado" oficial em várias nações, ao contrário do que diria a historiografia dominante deste e do último século. Além do mais, em alguns Estados, as "concordatas" se tornaram as sucessoras contemporâneas dos "patronatos reais". Em outros lugares, as constituições estatais (apesar de republicanas e democráticas) conferiam explicitamente à fé católica a condição de cidadania nacional, ou faziam de sua profissão uma exigência para o exercício de cargos públicos, ou, por mínima que fosse, conferia a ela uma primazia legal entre todos os

Brazil: Some Theoretical Considerations", *Studies in Latin American Popular Culture*, vol. 7, 1988, pp. 199-221.

(7) Para uma história detalhada das políticas financeiras do Vaticano até 1922, ver Benny Lai, *Finanze e Finanziari Vaticani Tra L'Ottocento e Il Novecento: Da Pio IX a Benedetto XV*, Milão, Arnaldo Mondadori Editore, 1979.

(8) Ver Lai (acima), capítulo 1, "Il Cardinale Antonelli e L'Obolo di San Pietro", pp. 11-43 para uma avaliação da revigoração da coleta do dízimo de são Pedro, na esteira da incorporação forçada de terras dos Estados papais ao recém-formado Reino da Itália depois da década de 1860, esp. pp. 28 e 29ss. Para a distinção contemporânea entre a hoje deficitária Santa Sé e a financeiramente solvente Cidade do Vaticano, ver Shawn Tully, "The Vatican Finances", *Fortune*, 116, 21 de dezembro de 1987, pp. 28-35, esp. p. 31, e uma explanação mais completa a seguir neste texto.

(9) Cf. Nino LoBello, *The Vatican Empire*, Nova York, Trident Press, 1968, pp. 63-73, esp. pp. 65ss.

(10) Ver o artigo de Paul Drouleurs, S.J., "Roman Catholicism", *The Nineteenth Century World*, editado por Guy S. Metraux e François Crouzet, Nova York, 1963.

(11) Sobre a Opus Dei, ver "Prélature - Personnelle pour l'Opus Dei", *Informations Catholiques Internationales*, 578, setembro de 1982, p. 17; e "Dossier: L'Opus Dei: révélations sur un corps d'élite", *L'Actualité Religieuse*, 6, novembro de 1983, pp. 29-39. Ver também a série (em duas partes) de Penny Lemoux sobre a Opus Dei, intitulada "The Papal Spiderweb: Opus Dei and the 'The Perfect Society'", *the Nation*, 10 de abril de 1989, pp. 469, 482-7; e "A Reverence for Fundamentalism", *The Nation*, 17 de abril de 1989, pp. 513-6.

(12) Ver "Vaticano Conta como Estão Suas Finanças" *O Estado de São Paulo*, 6 de março de 1987. As avaliações mais atualizadas são o já citado artigo de 1987 de Shawn

outros credos em regimes quanto ao mais comprometidos com a liberdade de religião e a igualdade de condição de todos os cidadãos perante a lei. Algumas cartas magnas estatais continuam a fazê-lo.

Mesmo assim, prevalece uma "autonomia relativa" da igreja em relação ao sistema estatal e aos Estados individuais. Certamente, os Estados seculares podem algumas vezes ser cortejados, às vezes repelidos, mas são quase sempre mantidos do outro lado de uma "linha divisória" imaginária e intransponível que demarca o domínio próprio de cada uma das partes. Ainda assim, o resultado da "autonomia relativa" da Igreja foi a obtenção de repetidos privilégios para ela, entre eles: subsídios do Estado para "opere pie" (ou obras pias, tais como hospitais, orfanatos, universidades, escolas e seminários católicos); autorização para ministrar instrução religiosa em instituições educacionais públicas; salários e pensões pagas pelo Estado para o clero e outros religiosos; manutenção estatal de edifícios religiosos tais como igrejas, capelas e cemitérios, consideradas marcos ou parte do patrimônio histórico nacional, designações que foram às vezes um subterfúgio para garantir sustentação estatal a uma religião em detrimento de outras.



A história também nos lembra que a capacidade do papado de transferir quadros, recursos e ideologias através das fronteiras de classe, enclaves étnicos, regiões econômicas e do sistema estatal prevalecente antecede os tempos modernos. A Baixa Idade Média foi provavelmente a última — e perdida — chance de transformar essa potencialidade em um Estado católico unitário e hegemônico (talvez imperial e sustentado por impostos) da Europa Ocidental.

Com esse fracasso, o surgimento a seguir dos Estados-nações do Renascimento testemunhou de uma maneira ou de outra a forçosa e bem-sucedida subordinação da autoridade papal às igrejas "nacionais", e portanto à política estatal (consecutivamente na Espanha, Inglaterra e França). Em resposta, os pontificados passaram a depender de alguma das grandes ordens religiosas — principalmente, os franciscanos, dominicanos e jesuítas —, para refazer alianças de classes, debelar rebeliões (heresias), obter favores de príncipes, transcender as fronteiras dos Estados seculares e, no fim, ajudar a definir, defender e proteger os interesses papais. Aparentemente o surgimento das ordens religiosas coincide com o correspondente declínio do papado enquanto poder político *vis-à-vis* o novo sistema estatal do Renascimento na Europa.

Com o tempo, o papado se tornou tão dependente das ordens religiosas recém-formadas ou recém-revitalizadas como havia se tornado subordinado aos Estados. É verdade que as dioceses por todo o mundo permaneceram a jurisdição cobiçada e exclusiva dos papas. Desde o Renascimento, a então reorganizada Cúria Romana, com sua diplomacia consumada e sua burocracia dedicada,

Tully na revista *Fortune* e os trabalhos de Nino Lo-Bello (já citado) e Malachi Martin, *Rich Church. Poor Church*, 1984. Para uma descrição das estruturas financeiras vaticanas ver Giovanni Cereti, "The Financial Resources and Activities of the Vatican", em uma introdução muito útil a uma série de problemas relacionados, *The Finances of the Church*, editado por William Basset e Peter Huizing, Nova York, The Seabury Press, 1979, pp. 20-7.

(13) Ver "Santa Sé Tentará Ampliar Ofertas" e "Cofres do Vaticano Estão Vazios", *O Estado de São Paulo*, respectivamente 23 e 27 de março de 1987. Há uma discrepância nestes artigos em relação ao déficit estimado da Santa Sé em 1986; o primeiro artigo calcula-o em US\$ 79 milhões, o último em US\$ 56 milhões. Em todo caso, é reconhecido um déficit desde 1980; outras fontes afirmam que o déficit começou em meados dos anos 70.

(14) A distinção segue Shawn Tully, "The Vatican's Finances", *Fortune*, 116, 21 de dezembro de 1987, pp. 28-35, esp. p. 31. Deve-se notar, contudo, que a origem dessa distinção é o porta-voz do Vaticano quando do surgimento do Conselho de Cardeais para o Estudo de Problemas Organizacionais e Econômicos da Santa Sé. Mas o inter-relacionamento mais amplo entre as duas agências nomeadas, o IOR e outras agências financeiras especializadas do Vaticano não é, em minha opinião, inteiramente claro. Consequentemente o tamanho e a natureza do endividamento do pontificado precisam ser mais investigados.

(15) A Santa Sé não tem jurisdição sobre o IOR. O banco é supervisionado pela Administração do Patrimônio da Santa Sé, que é o departamento de tesouro de fato do papado e é responsável apenas por investimentos. Presumivelmente ele responde diretamente ao Santo Padre. A propósito, em março de 1987 os investimentos totais do Vaticano montavam a US\$ 561 milhões, dos quais só US\$ 269 milhões eram considerados produtivos, de acordo com o cardeal Giuseppe Capri, citado em "Reve-

continuou, até hoje, a servir às demandas exclusivas de uma suposta (mas nem sempre realizável) corporação eclesiástica centralizada, dirigida clericalmente (exclusivamente por homens celibatários, é claro).

Mas é ainda mais verdadeiro o permanente conflito entre essa organização diocesana, "vertical" da Igreja Mundial e uma espécie de estruturação "horizontal" constituída pela totalidade das ordens e congregações religiosas. Reside aí a fonte das "duas igrejas" de facto do catolicismo. Na verdade, a história moderna da igreja em muitos países (e certamente na América Latina, onde mais da metade do clero ainda hoje pertence a ordens religiosas e é de origem estrangeira) gira em torno desses dois "patrimônios" e de suas tentativas frequentemente conflitantes de fazer a vontade do líder temporal e espiritual da Fé.

Os líderes diocesanos, os bispos, estão na maioria das vezes intimamente ligados ao papado (graças basicamente ao sistema fechado de nomeação episcopal prevalecente, de cima para baixo). Ocasionalmente, contudo, pode-se dizer que eles gozam de uma posição de superioridade *vis-à-vis* o governo central da igreja. Talvez a melhor maneira de entender o termo "ultramontanismo" seja como uma expressão da subordinação do papado — no auge do Rosorgimento italiano — aos episcopados francês e italiano no século XIX¹⁰.

As grandes ordens religiosas, por sua vez, extraem flexibilidade e influência de sua capacidade de recrutar quadros, produzir e distribuir ideologia, apropriar-se de riqueza por toda a ordem mundial. Esse "horizontalismo" às vezes permite que as ordens prevaleçam não apenas sobre as estruturas diocesanas mas também até mesmo sobre o próprio papado (não é exatamente essa a acusação lançada contra os jesuítas de tempos em tempos, ou hoje contra seus arqui-rivais e aliados do papado, a misteriosa "Societas Sacerdotalis Sanctae Crucis", mais conhecida como Opus Dei?)¹¹.

Até o pontificado de João Paulo II não houve um esforço tão determinado de colocar sob controle papal tanto as dioceses (e seu recente reagrupamento mais amplo em conselhos nacionais e regionais de bispos) quanto as ordens e congregações religiosas.



Poderia, contudo, a *rationale* dessa estratégia global do Vaticano — chamada, como vimos, de "Restauração" — estar baseada em considerações financeiras, além das considerações ideológicas já divulgadas? Uma avaliação consistente das finanças papais não é de modo algum fácil de obter. Mas na onda do colapso, em 1982, do Banco Ambrosiano, de Milão, no qual o próprio banco do Vaticano, o Istituto per le Opere di Religione (Instituto para Obras Religiosas — IOR) foi seriamente implicado, um grande volume de informações veio a público. De fato, desde março de 1987, sob pressão do Conselho de Cardeais de quinze membros expressamente indicados pelo papa João Paulo II em 1981 para supervisionar as finanças da igreja (e aumentar as

lado Patrimônio do Vaticano", *O Estado de São Paulo*, 16 de abril de 1987.

(16) De acordo com Peter Hebblethwaite, "White, Financially, Bishops Urged to Ante-up", *National Catholic Reporter*, 19 de abril de 1991, o déficit corrente (1990) era de aproximadamente US\$ 25 milhões. Mas ele se baseava só nas despesas operacionais da Santa Sé, de US\$ 86 milhões, e numa coleta anual do dízimo de São Pedro de US\$ 58 milhões, 20% maior do que no ano anterior. Mas é improvável que o déficit de US\$ 27 milhões da Rádio do Vaticano esteja incluído. O artigo de Shawn Tully de 1987 para a *Fortune* apresenta números que discordam dos de Hebblethwaite para anos anteriores. Alguns destes não coincidem com os dados colhidos nos artigos de *O Estado de São Paulo* citados acima. Todos concordam que há um déficit crescente, para o qual o Vaticano insiste que o *affaire* Banco Ambrosiano-IOR não contribuiu de modo algum, a despeito da transferência voluntária do papado, em março de 1984, de US\$ 250 milhões para os credores do Banco Ambrosiano, denominada uma "doação de boa vontade"; sobre os eventos políticos que levaram a isso, inclusive a renegociação da Concordata Lateranense de 1929 entre o governo italiano e o Vaticano, e o estabelecimento de relações diplomáticas formais entre os EUA e a Santa Sé, ver Malachi Martin, *Rich Church. Poor Church*, 1984, pp. 73-9, esp. p. 77.

(17) Os depósitos do IOR, pagando taxas de juros baixas, serviriam como uma importante fonte de capital para as operações bancárias do Vaticano. Ver "Marcinkus Home, Taking Secrets with Him", *National Catholic Reporter*, 9 de novembro de 1990, p. 5. Para os antecedentes da criação do IOR e informações sobre as finanças do Vaticano durante os últimos pontificados, ver Benny Lai, *I Segreti del Vaticano de Pio XII a Papa Wojtyla*, Roma-Bari, Laterza, 1984, esp. pp. 18-22, ou sua edição original, intitulada *Les Secrets du Vatican*. Paris, Hachette, 1983.

(18) De acordo com Shawn Tully, citado

receitas), a contabilidade do Vaticano se tornou um livro *quase* aberto¹². Neste ponto, seria útil refletir, quanto ao déficit do Vaticano, crônico desde o final da década de 1970, se a tentativa desta investigação de ligar política e finanças faz sentido¹³. Também seria proveitoso ter em mente desde logo uma excelente distinção feita por especialistas em finanças da igreja: quem é deficitária é a Santa Sé, e não a cidade do Vaticano¹⁴.

A Santa Sé é uma unidade administrativa que compreende o papado, a Cúria Romana, as missões diplomáticas, a Rádio do Vaticano e o jornal vaticano, *Osservatore Romano*¹⁵. Em contraste, a cidade do Vaticano ou, mais precisamente, "lo Stato della Città Vaticano", abrange o enclave de 440 km² dentro da cidade de Roma, último remanescente do Stato Pontificio histórico e o moderno "menor estado soberano do mundo". Seu corpo de governantes administra todos os serviços, incluindo uma força de segurança (os guardas suíços), o correio, a casa da moeda e os Museus Vaticanos. Grande centro de turismo mundial, a cidade do Vaticano obtém superávits anuais (que, em face de custos salariais crescentes, têm sido automaticamente reinvestidos em fundos de pensão dos empregados).

Três fatores parecem ter contribuído para as recorrentes perdas operacionais anuais da Santa Sé, caracterizando hoje uma crise fiscal endêmica¹⁶. Antes de mais nada houve a sujeição de parcelas cada vez maiores de recursos do Vaticano às flutuações do mercado. No final do reinado do papa Leão XIII, a renda da coleta mundial do dízimo de São Pedro permanecia modesta, enquanto depois da II Guerra Mundial as receitas dos portfólios de investimento nas indústrias italianas e mundiais se tornaram a fonte principal das receitas vaticanas. Desde 1942, os lucros do banco vaticano (IOR) — criado naquele ano para ajudar as ordens religiosas a garantir e circular seus recursos em um continente devastado pela guerra, mas ultimamente chamado o primeiro "off-shore bank no continente" [off-shore bank é a instituição bancária utilizada por residentes em um país para enviar ilegalmente dinheiro ao exterior, localizada em um dos chamados "paraísos fiscais" — N.T.] — constituíram uma fonte de renda adicional¹⁷.

As duas fontes passaram por períodos difíceis. Quando os *loci* de mercado mudaram, no final dos anos 1970 e início dos 1980, os ganhos diminuíram. A queda do valor do dólar norte-americano em relação à lira italiana reduziu consideravelmente o poder de compra das contribuições americanas, que respondem por um terço de todas as doações ao papado. Além disso, as transferências do IOR à Santa Sé, ainda no auge do escândalo do Banco Ambrosiano, supostamente cessaram¹⁸. Some-se a isso o aumento insuficiente em donativos dos comungantes católicos em todo o mundo, e a antes "exemplar" contabilidade da igreja mundial — que na década de 1950 uma respeitada firma de contabilidade multinacional comparou favoravelmente à General Motors — certamente parece hoje não merecer o elogio.

Um segundo fator na presente crise deriva dos custos não previstos da "internacionalização" da igreja. Datando do Concílio Vaticano II (1962-5), essa foi uma política deliberada para diminuir a pronunciada dominação italiana da Cúria, desfazer a imagem da igreja como ex-criada dos poderes coloniais

acima, o IOR remeteu dividendos ao papa em 1984 e 1985; era 1987, supostamente ele "estava recebendo apenas cerca de US\$ 3 ou 4 milhões, uma fração de sua renda na década de 1970". A literatura sobre o *affaire* Banco Ambrosiano-IOR é ampla; as fontes em língua inglesa incluem: Paul Blustein e Jane Mayer, "Milan Mystery: How the June Suicide of Ambrosiano's Chief Exposed a Murky Maze", *The Wall Street Journal*, 30 de agosto de 1982; Alison Macleod, "The Pope's Fallible Banker", *Euromoney*, outubro de 1982, pp. 56-65; Paul Blustein, "Prelate's Problems: How the Vatican Bank Got Itself Implicated in Ambrosiano Scandal", *The Wall Street Journal*, 23 de novembro de 1982; Larry Gurwin, *The Calvi Affair*, Londres, Macmillan, 1983; Rupert Cornwell, *God's Banker: An Account of the Life and death of Roberto Calvi*, Londres, Victor Gollancz, 1983; Nick Tosches, *Power on Earth* [Michelle Sindonal, Nova York, Arbor House, 1986; Laura Colby, "Italian Imbroglia: Vatican Bank Played a Central Role in Fall of Banco Ambrosiano", *The Wall Street Journal*, 27 de abril de 1987.

(19) Há um consenso geral de que as viagens do papa ao exterior são geralmente sustentadas pelos países anfitriões ou suas dioceses, que tiveram frequentemente de incoer em dívidas nessas ocasiões. Ver "Os Custos das Viagens do Papa ao Exterior", *O Estado de São Paulo*, 8 de março de 1987.

(20) Ver Shawn Tully, citado acima, pp. 33-4.

(21) Ver Peter Hebblethwaite, "While, Financially, Bishops Urged to Ant-up", *National Catholic Reporter*, 19 de abril de 1991, p.6.

(22) Para uma discussão da política de tributação do governo da Alemanha Ocidental que aloca dinheiro público para agências religiosas e fundações privadas, ver Knut Wolf, "The Church Tax as a Means of Subsistence", in *The Finances of Church*, editado por William Bassett e Peter Huizing, Nova York, The Seabury Press, 1979, pp. 20-7.

(23) Brian H. Smith, *More than Altruism: The Politics*

européus na África e na Ásia, e finalmente "democratizar" (mesmo se apenas nominalmente) o processo de tomada de decisão de uma igreja cada vez mais mundial.

Mas a "internacionalização" não saiu barata. Os subsídios estatais aos empreendimentos da igreja nos ex-territórios coloniais diminuíram, a burocracia do Vaticano dobrou de tamanho e de salário desde então, ao mesmo tempo em que o custo de dois conclaves consecutivos em um mesmo ano (1978), para sínodos de trezentos e tantos bispos reunidos em Roma a cada dois anos, e para uma parte das "peregrinações" do pontífice reinante para mais de 130 países em pouco mais de uma década de exercício do cargo representaram uma forte sangria nos já reduzidos recursos¹⁹. Em um esforço para levar a mensagem papal a crentes distanciados, tanto a rádio como o jornal vaticano, *Osservatore Romano*, "incorreram em custos muito maiores do que suas receitas"²⁰. Medidas não especificadas anunciadas em abril de 1991 para distribuir esses custos ainda mais entre igrejas afluentes podem simplesmente não ser suficientes para pagar a conta²¹.

O terceiro e último fator que contribuiu para os encargos financeiros do Vaticano é o relativo fracasso em controlar direta e completamente um pólo de atração do que se poderia chamar de "receitas discricionárias da igreja". Estas só passaram a existir com o renascimento econômico da Europa Ocidental no pós-guerra. A Alemanha, mas também a Holanda, a França e a Bélgica, prosperaram excepcionalmente (basta imaginar que Francisco Xavier tivesse convertido todo o Japão!). Os católicos e protestantes residentes estavam prontos a ajudar seus correligionários nas ex-colônias e na América latina: uma porcentagem dos impostos federais de cada cidadão(ã) é remetida automaticamente para as denominações religiosas de sua escolha, precisamente para o trabalho "apostólico" no exterior²². São também notáveis os fundos dos bispos alemães (sustentados por duas coletas anuais), *Adveniat* e *Miserior*, o primeiro para sustentar projetos eclesiásticos, o último, os de caráter social. As ordens religiosas, quase todas de origem européia-ocidental, também se beneficiaram do renascimento econômico.

Adicionalmente, surgiu uma vasta rede de organizações não-governamentais (ONGs) para participar da filantropia mundial. Brian Smith nos apresentou com uma avaliação realmente abrangente e admirável a esse respeito²³. Mas, como ele é o primeiro a afirmar no próprio título de seu estudo, a ajuda estrangeira privada, "mais que altruísmo", é "política". E, eu acrescentaria, várias e complexas *políticas*, é claro. Pode ser útil examiná-las.

Obviamente, o grande cenário para a "ajuda estrangeira" era a Guerra Fria. Ela acirrou a competição para ganhar a lealdade das novas nações do Terceiro Mundo. Na própria Europa, os socialistas e social-democratas tinham suas agendas e recursos para sustentar as suas pretensões. Os católicos (partidários ou não da democracia-cristã), por seu turno, algumas vezes conseguiram manter a iniciativa, caminharam *pari passu* ou simplesmente seguiram o figurino²⁴, ora para igualar as "políticas externas" de seus adversários políticos internos, ora para responder a seguidos apelos papais, culminando, no início da década de 1960, com o apelo do "papa bom", João XXIII,

of Private Foreign Aid, Princeton, N.J., Princeton University Press, 1990.

(24) Há uma longa história do internacionalismo católico; não pretendo afirmar que os católicos não agiram ou não teriam agido internacionalmente se não fosse pelos socialistas e social-democratas de seus países.

(25) Sobre o conflito com o Conselho Nacional de Igrejas sediado nos EUA e a redução de seu apoio financeiro bilateral a grupos no exterior e ao próprio CMI, ver os escritos de Ana Maria Ezcurra, *A Ofensiva neo-conservadora. Igrejas dos EUA e a luta ideológica na América Latina*, Madri, IEPLA, 1982; e *O Vaticano e o Governo Reagan. Convergências na América Latina*, São Paulo, Cristãos pelos Direitos Humanos na América Latina & Editora Hucitec, 1985.

(26) O Concílio Pontifício para a Laicidade é a agência da Cúria que lida com os ativistas católicos leigos no mundo. Criado imediatamente depois do Concílio Vaticano II, já foi um reduto dos católicos liberais e progressistas da Europa Ocidental e do Terceiro Mundo. Os esforços para dominar essas organizações leigas começaram logo depois que o Concílio foi criado. A Juventude Operária Cristã é um exemplo: fundada na Bélgica em 1925, reconhecida pelo papado em 1957, foi acusada pelo atual pontificado de desobediência aos "ensinamentos da Fé". Em julho de 1986, uma facção minoritária conservadora, dissidente, chamada Coordenação Internacional da JOC, separou-se do corpo principal e dois meses depois foi plenamente reconhecida pelo Vaticano. Os membros da coalizão majoritária, como a JOC do Brasil, continuaram a operar sem o reconhecimento do Vaticano, mais um assunto desagradável, a propósito, nas relações entre o papado e a basicamente progressista hierarquia brasileira, que extra-oficialmente continua a sustentar a coalizão majoritária; sobre essa questão, ver "A JOC Abre seu Encontro em Cajamar", *O Estado de São Paulo*, 10 de setembro de 1987.

(27) Baseado em entrevistas realizadas pelo autor

em favor de uma empresa missionária maciça, na escala do American Peace Corps, para ir em socorro da Fé no mundo menos desenvolvido.

Foi só uma questão de tempo, contudo, até que alguns governos europeus tornassem a distribuição de doações um ato de Estado, e não de partidos. Os governos holandês e francês não só reservaram recursos para assistência técnica ao exterior, mas também, devido a pressões políticas internas, literalmente entregaram sua administração a inexperientes ONGs cristãs. No devido tempo, cada agência desenvolveu uma equipe de especialistas. Muitos deles tinham eram graduados ou haviam trabalhado em nível de base nas próprias nações em desenvolvimento cujos interesses agora passaram a defender, seja na seleção de projetos seja na alocação de recursos. Em grande medida, o modelo exemplar para esse processo, que eu poderia caracterizar aqui como "advocacia de financiamento", foi o Conselho Mundial de Igrejas (CMI), sediado em Genebra. Até a década de 1980, quando os conflitos entre as igrejas-membros, especialmente nos Estados Unidos, começaram a impor limites a sua generosidade e viseiras a sua visão política, o CMI deu prioridade a muitos projetos politicamente progressistas pelo mundo — protestantes, ortodoxos e, numa notável medida, católicos²⁵.



Foi sugerido antes que o Vaticano tinha um controle relativamente pequeno sobre essa recém-descoberta generosidade. Mas as evidências sobre os esforços de Roma para assumir uma posição de controle continuam a crescer, e portanto confirmam obliquamente, no meio da pior crise fiscal do papado neste século, a importância potencial dos "recursos discricionários" para sua política geral.

Obviamente, a influência papal sobre as ONGs subsidiadas pelo Estado provavelmente será menos efetiva, enquanto a influência sobre o Conselho Mundial de Igrejas é desprezível. Contudo, mesmo nesses dois exemplos, a Santa Sé não carece inteiramente de poder de influência, como convém a um ator político de sua magnitude. Nas ONGs subsidiadas pelo Estado da Holanda e da Bélgica, por exemplo, os funcionários católicos leigos com vínculos partidários confessionais talvez não façam ouvidos inteiramente moucos aos interesses papais²⁶. No caso do CMI, o que pesa na balança é nada menos do que a mutuamente desejada persistência no ecumenismo. Nos dias anteriores à visita do atual pontífice ao quartel-general do protestantismo mundial em Genebra, em junho de 1984, circularam rumores de que a cessação do apoio do CMI ao clero católico pró-sandinista na Nicarágua era o preço da continuação do "diálogo ecumênico"²⁷.

Um assunto inteiramente diferente é a influência do Vaticano sobre os dois fundos episcopais alemães, Adveniat e Miserior, sobre ONGs católicas como o Comité Catholique contre la Faim et pour le Développement (CCFD) da França, e sobre as ainda poderosas ordens religiosas. De fato, em cada um desses

em Genebra em junho de 1984. No Brasil, o CMI ajudou várias agências católicas leigas e esteve no centro da controvérsia em pelo menos uma ocasião. Em meados de 1987, ele foi acusado em uma série de artigos publicados entre 9 e 15 de agosto em *O Estado de São Paulo* de arquitetar planos contra a soberania nacional do Brasil juntamente com o organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil especializado na defesa dos povos indígenas do país, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Sobre as denúncias dos bispos das acusações "fraudulentas", ver "Campanha contra o Cimi e a Igreja", em seu *Comunicado Mensal*, 36:413, 31 de agosto de 1987, pp. 1099-1102. As origens das acusações feitas pelo principal diário de São Paulo merecem um exame detalhado.

(28) Penny Lemoux, *Cry of the People*, Nova York, Penguin, 1982, originalmente publicado em 1980.

(29) Ver, entre outros, J. Comblin, "Medellin et les Combats de l'Eglise en Amérique Latine", in Paul Ladrière e René Luneau, orgs., *Le Retour des Certitudes — événements et orthodoxie depuis Vatican II*, Paris, Le Centurion, 1987, pp. 34-53; e a útil avaliação histórica de José Oscar Beozzo, "Índícios de uma Reação Conservadora: do Concílio Vaticano II à eleição de João Paulo II", *Comunicações do ISER*, 9:39, 1990, pp. 5-16.

(30) A melhor avaliação desse esforço é *People of God — The Struggle for World Catholicism*, de Penny Lemoux, Nova York, Viking, 1989. Para o lado brasileiro do expurgo, ver a útil cronologia de Ivo Lesbaupin, "O Vaticano e a Igreja no Brasil", *Comunicações do ISER*, 9:39, 1990, pp. 5-32; ver também meu "The People's Church, the Vatican and abertura", in Alfred Stepan, org., *Democratizing Brazil*, Nova York, Oxford University Press, 1989, pp. 143-67.

(31) Ver "CPT Quer que Bispos Apresentem Provas sobre Gastos com Amas", *Folha de S. Paulo* (21 de fevereiro de 1989) e "Report — Katolische Kirche 'Bestürzt'" e "Report — Skandal um Miserior — Im Würgegriff", *Publik-*

três setores da bondade do pós-guerra, já existe "uma história" da provável intervenção romana. Cada um deles precisa ser ainda examinado em detalhe. Por ora, só é possível apresentar um cronograma histórico esquemático.

No caso do Adveniat, a história do apoio financeiro e ideológico na reversão do curso da igreja progressista na América Latina está bem documentada²⁸. Penny Lernoux sugere que uma importante iniciativa do arcebispo de Essen, o primeiro diretor do Adveniat, Franz Hengsbach, foi instrumental no golpe eleitoral de 1972 que deu ao clero conservador total controle do Secretariado da Conferência Episcopal Latino-Americana (Ceiam). A mudança tinha por objetivo pôr em xeque o surgimento naquele mesmo ano de um movimento de esquerda do clero da região, conhecido como Cristãos pelo Socialismo, e minar a participação disseminada do clero chileno no governo da Unidade Popular de Salvador Allende.

Coincidentemente, 1972 também foi o ano em que ganhou destaque a separação entre "liberais" e conservadores na igreja européia-ocidental. Essa divisão é bem exemplificada na fundação do jornal teológico conservador *Communio*, por ex-colaboradores do *Concilium*, desde 1965 o porta-voz liberal do Concílio Vaticano II. Tanto o arcebispo Hengsbach quanto o então arcebispo de Munique, cardeal Joseph Ratzinger, estavam entre os "conversos" que se tornaram os patrocinadores da nova facção. Em 1979, por ocasião da terceira conferência regional da Ceiam, realizada em Puebla de los Angeles, México, o domínio dos conservadores na igreja latino-americana se tornou inquestionável²⁹. Finalmente, em 1984, a Santa Sé condenou, com relativa impunidade, a "Teologia da Libertação" e avisou aos progressistas da igreja em toda a América Latina, especialmente aqueles que abraçaram a causa sandinista na Nicarágua, que estava em curso um esforço mais concentrado para privá-los de seus últimos postos avançados de poder, clerical e secular³⁰.

Cinco anos mais tarde, o alvo foi o Miserior. Seu apoio de longa data à Comissão Pastoral da Terra (CPT) dos bispos brasileiros atraiu sobre ele os ataques. Prelados brasileiros locais acusaram a CPT de usar recursos para comprar armas e manter uma guerra camponesa contra proprietários de terras³¹. Finalmente a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) interveio. Concordou em agir como intermediária entre o Miserior e a CPT e, a partir de então, "garantir" todas as atividades futuras da CPT que recebessem sustentação externa. Mas os informantes brasileiros — o cardeal arcebispo aposentado de Porto Alegre, dom Vicente Scherer, e o recém-nomeado bispo de Novo Hamburgo, dom Boaventura Kloppenburg, ambos de origem alemã, dois dos mais antigos oponentes da Teologia da Libertação, e confiantes nos bem situados funcionários "restauracionistas" da Cúria — tinham conseguido o que pretendiam: o Miserior havia agido de modo incompetente ou cúmplice³². De qualquer maneira, era tempo de autoridades mais altas que a CNBB questionarem esse financiamento.

☆ ☆ ☆

Forum 10, 19 de maio de 1989, pp. 11-2, e 9, 21 de abril de 1989, pp. 31-2, respectivamente.

(32) As acusações datam de 1987. As de dom Boaventura Kloppenburg são citadas em "Bispo Analisa Documento e Aponta Desvio da CPT", *O Estado de São Paulo*, 9 de agosto de 1987, p. 22, enquanto as de dom Vicente Scherer estão em "Invasão Tem Ajuda Alemã, Diz Cardeal", *O Estado de São Paulo*, 11 de agosto de 1987, p. 11. A polémica continuou durante os meses seguintes e está bem documentada em *O Estado de São Paulo*.

(33) Ver o trabalho do secretário-geral do CCFD, Bernard Holzer (com o jornalista Frédéric Lenoir), *Les Risques de la Solidarité*. Paris, Fayard, 1989; e o de seu detrator, Michel Algrin, *La Subversion Humanaire — les bonnes oeuvres du CCFD*. Paris, Jean Picolle, 1988.

(34) Ver Holzer, acima, pp. 163-6.

(35) O primeiro a sublinhar a dependência financeira do catolicismo latino-americano em relação a seus "benfeitores" no mundo desenvolvido e a questionar a sabedoria de sustentar a fé com moeda estrangeira forte em vez de com trabalho nacional duro foi Ivan Illich em seu polémico artigo de 1987 no mensário jesuíta *America*, intitulado "The Seamy Side of Charity".

(36) No caso do Brasil, a CRB havia dominado financeira e institucionalmente o terreno religioso do país até 1970, quando um escândalo financeiro serviu como catalisador para a emergência da CNBB como o principal porta-voz do catolicismo brasileiro. Tratei dessa transformação em meu último livro com Paula Montero, *E o Verbo se Faz Imagem: a igreja católica e os meios de comunicação no Brasil, 1962-1989*. Petrópolis, Vozes, 1991.

(37) Sobre a polémica a respeito do quinto centenario, ver Gary MacEion, "Struggle for Latin America's Soul Quickens", *National Catholic Reporter*, 22, fevereiro de 1991, pp. 15-9.

Em grande medida, as acusações levantadas contra o Miserior têm tanto a ver com pensar como com gastar. O que parece estar implicado no ataque dos informantes episcopais sobre o Brasil é que os quadros europeus do Miserior podem ter sido contaminados pelas supostamente falsas teologia e política marxista da igreja progressista da América Latina.

Mas o lugar onde de fato essa tese foi formulada fica exatamente do outro lado do Reno — na França. O que está em questão é o papel do CCFD. Sustentado por coletas anuais dos bispos da França, mas cada vez mais, ao longo dos anos, por alocações do tesouro francês e de seu Ministério para o Desenvolvimento Tecnológico, o CCFD esteve sob ataque desde meados dos anos 70 por sustentar militantes "esquerdistas" por todo o Terceiro Mundo. Mas só depois de 1985 os obscuros panfletos direitistas chegaram às primeiras páginas de *Le Figaro*, o principal veículo do conservadorismo católico francês. Teve início uma típica controvérsia nacional, gerando um bom número de volumosas apologias e denúncias³³.

Os detalhes desse conflito são hoje bem conhecidos pela maioria dos europeus e não precisam ser lembrados aqui. Um ponto, contudo, é particularmente alemão nesse questionamento geral. Trata-se do ataque especialmente veemente reservado ao conhecido educador católico brasileiro Paulo Freire. Pai do novo conceito educacional de *conscientização*, ele é retratado como um ideólogo à cata de dinheiro que bolava mecanicamente as *racionais* para os projetos do CCFD baseado em suas idéias "comunistas, revolucionárias, [...] abertamente marxistas"³⁴.

Há duas lições a tirar da crise do CCFD. A primeira é que sempre que a América Latina entrou na polêmica (e isso ocorreu muito menos frequentemente do que com os projetos nas ex-colônias francesas), foi como uma espécie de híbrido marxista-católico, exatamente a mesma "aberração" que seria invocada pela Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé em 1984 e pelos principais bispos conservadores do Brasil em 1989.

A segunda lição pode ajudar a explicar por que esse discurso de condenação é hoje comum indiferentemente aos conservadores do Atlântico sul e norte: o ataque contra o CCFD é parte inseparável de um ataque maior contra todas as instituições católicas liberais francesas bem como européias, tais como o Centre Leuret e o serviço de informação sobre a América Latina, Diffusion Internationale sur L'Amérique Latine, sediados em Paris. Na Alemanha, onde instituições semelhantes são em menor número, e em muitos casos de origem protestante, a força do ataque foi dirigida contra os liberais no interior das pontifícias universidades católicas e, é claro, nas agências financiadoras chaves tais como o Miserior.

☆ ☆ ☆

E quanto às ainda poderosas ordens religiosas? A despeito de seu vertiginoso declínio em vocações, da idade avançada de seus quadros rema-

(38) Eleito em julho de 1991, o novo superior-geral da Ordem dos Frades Menores — os franciscanos —, o frade alemão-oriental Hermann Friedhelm Schaluck, prometeu dar prioridade máxima a levar o evangelho "em formas novas e a regiões novas", tais como a União Soviética e a Europa Oriental; seu antecessor, o frade americano John Vaughn, era considerado um importante defensor da Teologia da Libertação do Terceiro Mundo; ver "New Franciscan Head Underscores Fight for Justice", *National Catholic Reporter*, 5 de julho de 1991, p. 4. O impacto dessa mudança de pessoal ainda é uma questão a se ver.

(39) Ver Peter Hebblethwaite, "Many Eminent, Few Chosen: Pope picks up 22 cardinals", *National Catholic Reporter*, 7 de junho de 1991, p. 6.

(40) Sobre a hipótese de a Opus Dei estar sendo preparada para tomar o lugar dos jesuítas na direção da deficitária Rádio do Vaticano, ver entre outros Peter Hebblethwaite, "At 60, Vatican Radio Steers through Trecky Waters", *National Catholic Reporter*, 22 de fevereiro de 1991. A proximidade "ideológica" entre o papado e a Opus Dei há muito deu origem a relatos não confirmados e insinuações abertas. A Opus Dei se negou categoricamente a ajudar a Santa Sé a financiar o movimento Solidariedade, da Polônia, no início da década de 1980, muito embora persistam rumores de que ela ajudou a Santa Sé em 1987 a levantar os US\$ 250 milhões da "doação de boa vontade" aos credores do Banco Ambrosiano. Categoricamente verdadeira, contudo, foi a elevação da Opus Dei, pelo papa João Paulo II, à condição de prelazia pessoal em 1982 (ver "Prélature Personnelle pour l'Opus Dei", *Informations Catholiques Internationales*, 578, setembro de 1982, p. 17), condição única e autônoma — negada por pontificados anteriores — que autoriza a congregação a ser administrada por um bispo, diretamente subordinado ao papa, com jurisdição sobre membros individuais em todo o mundo e não sobre um território diocesano específico, como ocorre com todos os

nescentes e do acentuado enfraquecimento de sua presença, antes inseparável dos avanços conciliares históricos da Cristandade europeia-ocidental, seus recursos e financiamentos continuam a ser decisivos para as igrejas do Terceiro Mundo, especialmente aquelas da América Latina, de outro modo inteiramente incapazes de sustentar sua própria sobrevivência material³⁵.

Na América Latina os membros das ordens e congregações religiosas estiveram por mais de uma década organizados em nível regional e nacional em estruturas genericamente chamadas "Conferências de Religiosos" (a de toda a América Latina é a Conferência Latino-Americana de Religiosos — CLAR; a brasileira é a Conferência de Religiosos do Brasil — CRB). Em certo sentido essas bem sintonizadas e azeitadas estruturas são paralelas, respectivamente, à Ceiam regional e às conferências nacionais de bispos³⁶. Em grande medida, elas chegam mesmo a desafiar, quando não rivalizam, as estruturas sediadas no Vaticano, como a Comissão para a América Latina (CAL) e os mais poderosos *dicasteri* ou departamentos da Cúria (como aqueles para a doutrina, bispos e ordens religiosas) no que diz respeito a seu comando das questões seculares e religiosas do dia e a sua capacidade de formular e criar posições novas para a Igreja Mundial em relação a elas.

Sejam quais forem as razões (e não é necessário explorá-las aqui), várias dessas conferências constituíram a espinha dorsal e o arquipélago do catolicismo progressista por toda a América Latina. De maneira concertada, elas contestaram de forma consistente a hegemonia conservadora na Ceiam, seu programa de evangelização socialmente frágil, e seus projetos recentes para uma celebração "não-controversa" dos Quinhentos Anos do Descobrimento da América, programada para a IV Assembléia Geral da Ceiam a ser realizada em Santo Domingo em 1992³⁷.

Como era previsível, as ordens religiosas passaram a receber os ataques romanos. O exemplo da Companhia de Jesus é de longe o mais bem conhecido. Em 1982, o pontífice então reinante interveio pessoalmente, apontou um sucessor interino para seu superior-geral, que estava enfermo, e de fato pediu a seus padres que optassem entre servir aos objetivos sociais da revolução nicaraguense e aqueles formulados pelo papado. Como para sublinhar o ponto, ele conferiu aos arqui-rivais dos jesuítas, a ideologicamente conservadora Opus Dei, um status especial que lhes garantiu uma atuação virtualmente livre em todas as dioceses da Igreja Universal. Os franciscanos e dominicanos não foram menos repreendidos, seus teólogos foram censurados, suas políticas de ordenação revogadas. Não é preciso prolongar aqui os detalhes dessa profunda e amarga confrontação que põe o papado em desacordo com as mesmas ordens com as quais, não obstante, ele pode precisar contar para as tarefas à frente³⁸.



O mais provável é que o assalto ideológico da Cúria às principais forças progressistas, e obviamente a seus recursos ainda parcialmente autônomos

outros bispos. Também verdadeira é a beatificação programada para 1992 do fundador da Opus Dei, monsenhor Josémaria Escrivá de Balaguer, que morreu em 1975. O processo, proposto pelo cardeal Ugo Poletti, vigário do papa para a cidade de Roma, e por 68 outros cardeais, e só iniciado em 1981, é considerado um dos mais rápidos já concluídos e, portanto, outro motivo para as insinuações; ver "Santidade Relâmpago", *Veja*, 24.29, no. 1191, 17 de julho de 1991, p.51.

(41) Em uma recente viagem à Polónia em maio e início de junho de 1991, pude me certificar da presença vital da Comunhão e Libertação em Varsóvia e da crescente influência da Renovação Carismática Católica, especialmente de seu braço na *media*, Lumen 2000, entre os membros do episcopado polonês e húngaro encarregados especificamente da presença da Igreja nos meios de comunicação em ambas as sociedades. Sobre a suposta tentativa desses movimentos de penetrar na Europa Central e na Rússia, ver Peter Hebblethwaite, "New Moscow Bishop, a Step to 'Normalization'", Para um conciso esboço geral desses "novos" movimentos", ver meu artigo "The Ten Year Crusade Towards the Third Christian Millennium: an account of Evangelization 2000 and Lumen 2000", in Douglas Chalmers, Maria do Carmo Campello de Souza e Atilio Borin, orgs., *The Night and Democracy in Latin America*, Nova York, Praeger Publishers — an imprint of Greenwood Publishing Group, Inc., 1992, p. 40.

(42) Como observo em "Vatican Policy — an updated overview (1972-1990)", *Social Research* (a ser publicado no verão de 1992), a CNBB sintomaticamente "soou o alarme em dezembro de 1990: em uma carta aos bispos do país, o secretariado anunciou que no ano seguinte cada diocese teria de fazer uma contribuição média anual de cerca de mil dólares, já que as poucas agências financiadoras estrangeiras que tradicionalmente financiavam [as operações da CNBB] estavam passando a ajudar os países da Europa Oriental". A citação é retirada da carta de 13 de dezembro

por toda a Igreja Mundial — e, para que não haja dúvida, no Terceiro e no Primeiro Mundo —, continue nos anos vindouros. De fato, no consistório (a nomeação de cardeais) de junho de 1991, os conservadores da América Latina conquistaram pelo menos um novo aliado, enquanto os chapéus vermelhos para a Romênia e a Eslováquia sublinharam a prioridade conferida à rápida incorporação da Europa Oriental à Igreja Mundial³⁹. No horizonte imediato há a iminente visita do papa à URSS (ou à Lituânia, pelo menos), um concílio pan-europeu de bispos (a primeira "'reunião de cúpula' oriental-central-ocidental" da Europa e do catolicismo?), já programado para o final de 1991 [já realizado — N.T.], uma nova liturgia para a África, talvez um patriarcado para a China, e para a América Latina, Santo Domingo. Cada um deles é um teatro de conflito, uma nova despesa, e a eternamente recorrente ocasião para quadros em conflito redefinirem a própria natureza da Igreja Mundial.

Em resumo, trata-se, para as religiões, de pensar — e gastar!

No que diz respeito ao futuro próximo, há um esforço sistemático para subordinar os últimos recursos discricionários remanescentes da Igreja Mundial aos intentos definidos exclusivamente em Roma? Estão os novos movimentos do clero e da laicidade, tais como a Opus Dei, sendo mobilizados por Roma para alguns importantes papéis futuros? Ou eles já fazem parte da miríade de fracassos que acabamos de discutir, como afirmam alguns autores⁴⁰? Finalmente, como precisamente a "Europa Central e Oriental" figura agora no grande projeto do papado⁴¹? Irá a transferência de recursos humanos e de dinheiro, ao lado da ideologia — ainda a ser cristalizada, mas essencialmente conservadora — de Roma fazer parte da barganha? E ocorrerá, para completar, como insistem alguns observadores, à custa das igrejas e dos povos do Terceiro Mundo⁴²?

RESUMO

O Autor analisa o inter-relacionamento entre políticas e mecanismos de financiamento e estratégias ideológicas da Igreja Católica Romana, que vive hoje a pior crise financeira que já teve de enfrentar neste século.

de 1990, c.p. no. 1139/90, do secretário-geral da CNBB, d. Antônio Celso de Queiroz, e reimpressa sob a rubrica "Grande Coleta Nacional" no boletim mensal da CNBB, *Comunicado Mensal*, Brasília, DF, 39:447, 31 de dezembro de 1990, pp. 1683-4.

Ralph Della Cava é professor do Queens College, da City University of New York, e pesquisador sênior associado do Institute of Latin American and Iberian Studies da Columbia University, da cidade de Nova York.

Novos Estudos
CEBRAP
Nº 32, março 1992
pp. 19-30
